

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



50 anos da revolução portuguesa

Destacável

editorial

política

AS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO

Balço e perspectivas para a classe trabalhadora
Pág. 2

Um governo de aldrabões baseado numa aldrabice e dependente de aldrabões ainda maiores
Pág. 4

luta de classes

EFACEC / FUNDO MUTARES

Começou o processo de destruição concertado com o governo cessante e a UE
Pág. 4

internacional

A UE e os EUA preparam a guerra
Pág. 13

GAZA: Parar o genocídio, bloquear o fornecimento de armas a Netanyahu!
Netanyahu quer a guerra com o Irão
Pág. 15

UCRÂNIA:
A NATO exige mais 100 mil milhões para a guerra!
Pág. 16

Revolução portuguesa:
É TEMPO
DE UM NOVO ABRIL!

política

AS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO

Balanço e perspectivas para a classe trabalhadora

O QUE MOSTRAM OS NÚMEROS DAS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO?

Nos jornais e televisões, praticamente só se lêem grandes considerações sobre “percentagens” e “números de deputados”.

• Ora, o princípio eleitoral é: cada cidadão dispõe de um voto; todos os votos são iguais.

• A nossa análise parte, portanto, do número absoluto de votos: quantos eleitores votaram em que partido e como variou essa quantidade desde anteriores eleições.

• O número total de votantes foi de 6.140.269 (6.473.789 com o “estrangeiro”). Votaram mais 750 mil eleitores (910.000, com o “estrangeiro”) do que em 2022; foi o máximo número de votantes desde 2002.

• 3.130.000 abstenções (4.344.437 com o “estrangeiro”), o número mais baixo deste século (a par de 2005). Em 2022, abstiveram-se uns 3.910.000 (5.250.000 com o “estrangeiro”).

• A direita, no seu conjunto teve o máximo número de votos do século XXI: 3.350.000 (3.430.000 com os votos no “estrangeiro”), aumentando um milhão desde 2022.

• É a primeira vez, neste século, que a soma dos votos na direita é superior (por 900 mil votos) à dos votos na “esquerda” (PS, BE, PCP, Livre). Esta teve 2.450.000 votos (2.500.000

com os votos no “estrangeiro”), perdendo 375 mil votos para 2022. Os partidos “de esquerda” obtiveram, colectivamente, o segundo pior resultado do século. Pior, só em 2011, ano em que, mesmo assim, tiveram mais votos do que a direita!

• Não considerando resultados no “estrangeiro”, o PS perdeu 480 mil votos para 2022, mas o seu resultado (1.760.000) foi superior aos de 2015 (!) e 2011.

• BE aumentou ligeiramente do resultado catastrófico de 2022, com 274 mil votos (mais 34 mil votos). Ainda assim, teve o seu segundo pior resultado eleitoral desde 2002.

• PC continuou o seu declínio histórico. Teve o pior resultado de sempre (202.325). Perdeu mais cerca de 34 mil votos.

• Livre teve uma subida “espectacular”, de 69 mil para 200 mil votos.

• Contudo, os partidos da direita tradicional (PSD e CDS, a “AD”) tiveram apenas um pequeno aumento, + 145.000 votos. Em percentagem, baixaram. Ficaram abaixo de todos os seus resultados este século, com as excepções, por pouca margem, de 2019 e 2022.

• Chega teve mais de 1.100.000 votos. Subiu 720 mil em votos no território nacional.

QUE CONCLUSÕES TIRAR DESTES RESULTADOS?

• O aumento da votação nos partidos da direita tradicional, mesmo incluindo a Iniciativa Liberal, foi de apenas 200 mil votos.

• A transferência de votos “da esquerda para a direita” parece ter sido mínima, apesar de 9 anos de governos PS, com o apoio, primeiro explícito, depois implícito, do BE e do PCP.

• É manifesto, por outro lado, o crescimento do Chega, cuja votação triplicou. O aumento deve-se, essencialmente, a ter conseguido mobilizar uma parte significativa da abstenção tradicional. O voto nos demagogos fascistas transformou o alheamento de vastas camadas de eleitores que já nada esperavam do “regime” em rejeição activa.

• Note-se, porém, o voto no Chega representa 10,8% do eleitorado, um em cada nove eleitores.

• E o novo governo da AD recolheu o voto de um em cada seis eleitores (17,4%).

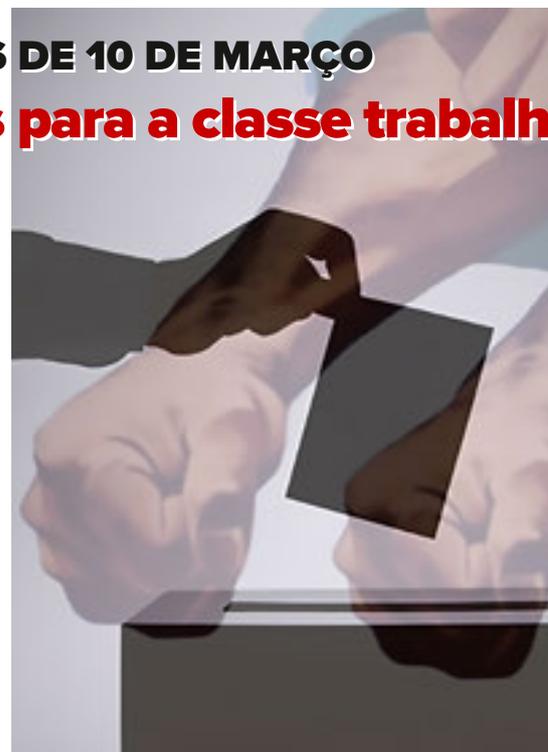
• É importante acrescentar o seguinte: o voto no Chega, voto, obviamente, na extrema-direita, não é, contudo, um voto de classe da mesma natureza do voto AD. É o voto de desespero e rejeição de vastos sectores da

pequena burguesia maltratados pelas políticas do regime UE/NATO/“arco da governação”. Apesar de terem muito em comum com os proletários e viverem amiúde lado a lado com eles, estes sectores, além de já não verem, como, aliás, muitos trabalhadores, saída do lado dos partidos que tradicionalmente representam o movimento operário (a “esquerda” do regime), entraram em revolta aberta contra eles, acicatados pela propaganda do demagogo de feira Ventura.

• Esta revolta e transformação do afastamento em rejeição acontece, porém, quando a “esquerda” foi, anos a fio, mensageira privilegiado do regime UE/NATO, o regime que a burguesia portuguesa há muito abraçou e que é comum à “esquerda” oficial, à direita oficial e ao próprio Chega.

• Drástica, mas confusamente, rejeitando este regime, esta “base” eleitoral do Chega não oferece nenhuma base estável à sua manutenção, seja agora sob a batuta dos partidos burgueses tradicionais, e do próprio Chega, que é pró-UE e pró-NATO.

• A crise política continuará, portanto, tendendo a tornar-se crónica.



E QUE CONCLUSÕES TIRAR DA CRISE DA “ESQUERDA”?

• Entre a juventude e sectores de trabalhadores e activistas que procuram alternativas, o BE parece já ter dado o que tinha a dar. À parte mobilizar pelas famosas “causas”, tem-se arvorado sem descanso em primeiro e mais puro defensor do “Estado de direito”, das “instituições democráticas” e da “legalidade democrática” da burguesia, da governação no marco das ordens da UE e da NATO (só que, é claro, com mais “competência”, “responsabilidade” e “respostas”...). Já chegou inclusive ao ponto de votar pela militarização da NATO e pela intensificação da guerra contra a Rússia.

• Entretanto, sectores significativos do que fora o “eleitorado potencial” do BE optaram por votar no Livre, já sem estômago para votar útil no PS como nas eleições anteriores. Talvez porque o Livre tem uma virtude importante: não só quer (como o BE) governar às ordens da UE e da NATO, como diz abertamente que quer governar às ordens da UE e da NATO, enquanto a direcção do BE estica até ao limite a corda da hipocrisia. Exemplo particularmente delirante foi o seu discurso néscio sobre as culpas da “maioria absoluta” (do PS). O que esse discurso realmente dizia era que a culpa não era da direcção do PS e da sua obediência à UE e NATO; não, a culpa é de “alguém” lhe ter dado “maioria absoluta”. “Alguém”, quem?

O estúpido do “povo”, claro...!

• Claro que, entre direcções de BEs, PCs e Livres, nenhuma disse abertamente ao “povo” a verdade que este entrevê, mas a que dificilmente pode dar forma: a de que o problema está precisamente nesse regime imperialismo/UE/NATO/euro, quando até os

adora

?

jornais “de referência” andam cheios de gráficos e números que mostram com nitidez o desastre que aconteceu à economia e à sociedade portuguesas desde, pelo menos, a adesão ao euro.

Como sempre, só a verdade é revolucionária.

A experiência da “geringonça” foi a da “esquerda” a fazer a política da direita, a política mandatada pela UE/FMI/BCE. Acabou, confirmando a história, na ascensão dos demagogos fascistas a cavalgarem o desespero de camadas intermédias e desclassificadas.

O tempo e o lugar para construir a alternativa política de classe do trabalho

o movimento operário não sofreu uma derrota maciça, histórica.

Mas abre-se uma nova etapa. Uma etapa de agravamento dos ataques às conquistas da revolução, aos salários, aos sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores. É uma etapa em que decerto o demagogo fascista procurará disputar a rua aos trabalhadores e à juventude.

Nessa etapa, **é crucial construir a alternativa de classe que ajude os trabalhadores a libertarem-se das armadilhas da colaboração de classes, do institucionalismo e da subordinação aos grandes deste país e do mundo.** Construí-la, **agrupando sem sectarismos os lutadores, militantes e colectivos empenhados na defesa da sua classe**, abrirá a possibilidade de fazer ganhos significativos no plano da organização da classe e da recuperação das conquistas, **para um novo Abril.**



“FEIOS PORCOS E MAUS”

UM GOVERNO DE ALDRABOES
BASEADO NUMA ALDRABICE
E INDEPENDENTE DE
ALDRABOES AINDA MAIORES

Todos viabilizaram o governo Montenegro

o programa do novo governo minoritário PSD/CDS passou na Assembleia da República. O teatro parlamentar foi notável. O novo secretário-geral do PS a dizer que não votaria a favor de moções de rejeição, portanto, não inviabilizaria o governo; mas que, se houvesse uma moção de confiança, votaria contra ela, portanto, inviabilizaria o governo.

Como o único “se” que interessava à população trabalhadora era saber se se deixava ou não este governo ocupar o poder e governar, a resposta do PS foi: sim, forme-se o governo PSD minoritário, com o seu programa de entrega definitiva da habitação ao “mercado”, de continuação do desmantelamento do SNS, de ataque à segurança social, de redução de impostos para o grande capital (IRC) e os altos salários (IRS) e de continuação da subordinação do país à política imperialista de guerra da UE/EUA/NATO.

Do seu lado, o caudilho do Chega trovejou contra um governo formado sem ele. Mas disse logo que votaria contra as moções de rejeição: não inviabilizaria o governo. Que faria trinta por uma linha logo no dia seguinte se não falassem com ele. Mas não fez. O caudilho viabilizou o governo PSD/CDS minoritário, cujo programa não é muito diferente do seu.

Um governo muito frágil

Porém, o governo Montenegro é extremamente frágil. É frágil não só pela aritmética parlamentar. É-o, também, porque

os poucos votos que conseguiu ganhar nas últimas eleições os ganhou à custa de promessas “contra natura”: repor o tempo de serviço dos professores, aumentar os oficiais de justiça, etc. Para isso usando, ironia das ironias, o famoso “excedente” orçamental que o governo anterior amealhou à custa de paralisar o investimento público, desmantelar a escola e a saúde públicas e entregar a habitação à especulação desenfreada.

o excedente orçamental só existe, aliás, na contabilidade. A administração pública propriamente dita teve um défice. O superavit das contas do Estado é inteiramente composto pelo excedente da segurança social: a parte diferida do salário (colectivo) dos trabalhadores ainda por gastar, que aos trabalhadores, não ao Estado, pertence de direito.

Mas tão frágil é este governo, que a AD, que o compõe, se viu obrigada a **pôr no coração do seu programa eleitoral uma pura e simples aldrabice de burlão de feira, o pretensão “choque fiscal”.**

Tão monumental foi o descaramento, que os jornais que fielmente promoveram a vitória da AD tiveram de se pôr de joelhos e pedir desculpa aos leitores por, acreditando na aldrabice, os terem aldrabado (ver a carta do director do *Expresso* aos leitores).

Porque recorreu Montenegro a uma aldrabice de feira para tentar ganhar as eleições e, mesmo assim, não conseguiu?

No anterior número d’*O Trabalho*, em Fevereiro, antes das eleições, tínhamos nós escrito que, pelas novas regras europeias, o próximo governo precisaria **“de um excedente orçamental de quase 3% durante 4 (ou 7) anos seguidos – sem contar com os juros de dívida. Portugal deverá, portanto, anos a fio, ter um “excedente primário” (receitas menos despesas) igual a uns 6% do PIB. Tal nunca aconteceu.”**

Em 22 de Março, ainda não havia nenhum governo PSD, já o *Público* referia que **“os planos traçados pela Aliança Democrática (AD) de corte dos impostos em simultâneo com a introdução de medidas de agravamento da despesa podem esbarrar nas novas regras orçamentais da zona euro, que irão condicionar até onde é que o futuro executivo pode ir já na proposta de Orçamento do Estado para 2025”.**

Em 10 de Abril, noticiou o *Público* a declaração do Conselho de Finanças Públicas de que os excedentes orçamentais para

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

2024 e 2025 (note-se: valores “esperados”, se não acontecesse nada de novo nem nas políticas nem no mundo) não iriam chegar para cobrir a perda de receita fiscal e aumento de despesa inerentes às promessas de aumentos dos pensionistas e de reposição do tempo dos professores, subsídios para os polícias e “valorização” dos profissionais de saúde constantes do programa eleitoral do PSD.

A razão da monumental aldrabice da AD

● fundo da aldrabice de Montenegro é a realidade nua e crua que temos exposto nestas páginas: se se aceita como princípio fundamental acatar os tratados da UE e da NATO (os “compromissos externos do país”, como se dizia nos acordos da geringonça), pouco importa quem está no governo. A política é, nesse caso, uma e a mesma: decidida em Bruxelas, no “semestre europeu” e noutros foros que nenhuma publicidade recebem, mandatada pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu segundo os interesses do grande capital alemão e francês, em última análise, do capital americano, que aperta o gasganete a Berlim, Paris e Bruxelas.

● que o governo de turno faz é executar o PRR e os milhares de milhões que ele rende às empresas; reduzir as “despesas permanentes do Estado” (os salários e empregos efectivos), conforme Centeno exorta sem descanso; manter os salários baixos; e aumentar os lucros.

Se bem que só nós apontemos esta evidência sem rodeios, há jornalistas e comentadores que a admitem, mas apenas, e de passagem, quando falam da realidade nua e crua. Não quando os preocupam “consequências políticas”. Aí, arrepiam caminho. Voltam todos, como soldadinhos de chumbo, ao discurso do “realismo”, do “possível”, do horror que seria romper com a UE.

Feios, porcos e maus: mas não faz mal...

Quando, por fragilidade, desorientação e uma dose não negligenciável de estupidez, **um partido, o PSD/AD, e um governo, o de Montenegro, são apanhados a aldrabar aberta e publicamente o país inteiro**, a curiosa reacção dos outros partidos, comentadores e jornalistas embarretados, chocados e chorosos, é... “relativizar”: bem, afinal é o que todos fazem, bem, problemas de “comunicação”, ‘ai, que inépcia’, pardais ao

ninho...

● maior aldrabão deles todos, Ventura, esfrega as mãos.

A verdade é esta: quem decide o que interessa não está sujeito a eleições ou pressões do povo. A miserável encenação quotidiana das pretensas “alternativas” e da pretensa disputa eleitoral e parlamentar acaba por servir principalmente para dar alimento aos pequenos, médios e grandes demagogos. As grandes fortunas começaram a lançar caudilhos e caudilhões para a arena eleitoral, como equipas das “reservas”, barro à parede, caso não haja outro remédio senão acabar com o direito à greve e com a organização sindical e política dos trabalhadores à bordoadá..

Mas essa batalha está por travar.

Para já, os enfermeiros e os trabalhadores da EDP vão à luta.

Os professores e oficiais de justiça ficam prevenidos: da próxima aldrabice serão eles as vítimas, se não se puserem a pau.

A rua, em Abril e Maio, continua a ser dos trabalhadores.

A luta garantirá que assim continue.

Luta de classes

EFACEC / FUNDO ABUTRE MUTARES

Começou o processo de destruição concertado com o governo cessante e a UE

Depois de centenas de “rescisões por mútuo acordo” impostas a numerosos trabalhadores da EFACEC, chegou a hora de o fundo abutre MUTARES que a adquiriu passar à fase dos despedimentos colectivos. É o processo de redução progressiva da empresa aos “activos” que o fundo possa revender rapidamente com o máximo lucro.

Anuncia-se, para já, o despedimento colectivo de duas dezenas de trabalhadores, pretextado pela extinção dos respectivos postos de trabalho, justificada, por sua vez, pela eliminação das respectivas áreas de negócio.

Desde o anúncio do negócio, temos denunciado o desfecho inevitável que ele prepara. Em 21 de Dezembro de 2023, a Direcção Geral da Concorrência da UE “autorizou” a operação de “aquisição” da EFACEC pelo fundo abutre alemão MUTARES. Para memória: a DG da Concorrência manda no dia-a-dia da economia portuguesa; a Comissão Europeia governa o orçamento da nação; o Banco Central Europeu, a política monetária, salarial e fiscal. O governo português executa.

O Estado pagou várias centenas de milhões de euros para a MUTARES ficar com a EFACEC. A MUTARES fez um “investimento” de 15 milhões. Bancos e obrigacionistas tiveram de engolar perdas.

O objectivo confesso do fundo MUTARES, que se pode ler na sua página web, é manter as empresas que compra durante três a cinco anos. Nesse tempo, “reestrutura-as”. Depois, revenda-as por 7 a 10 vezes o capital investido: neste caso, praticamente nada.

Recorde-se que, uma vez nacionalizada a parte de Isabel dos Santos, a EFACEC foi sendo progressivamente desmantelada, durante anos. O accionista Estado, de mãos atadas pelas leis da concorrência da UE, limitou-se a assistir à perda de mercados da empresa e a preparar a privatização. A sangria de quadros e saber-fazer foi-se agravando.

No final de Março, os trabalhadores foram informados pelos novos patrões que o projecto para a empresa passava por despedimentos colectivos e o desmantelamento dos sectores da empresa (EFACEC Electric Mobility) que “não sejam muito rentáveis”. Ao arripio do compromisso assumido com o Estado português no momento da venda. Afinal, os postos de trabalho não estavam “salvaguardados”, como garantia o PS.

Logo no início da nova gestão privada, dezenas de trabalhadores foram despedidos por “mútuo acordo”. E 90 trabalhadores terão recebido notificação de despedimento colectivo (*Expresso*).

No dia 1 de Abril, em reunião com representantes da empresa e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Comissão de Trabalhadores da EFACEC Engenharia e Sistemas foi informada do lançamento pela empresa de um procedimento de despedimento colectivo de 20 trabalhadores.

Nessa reunião, a empresa renovou a intenção de atribuir uma majoração financeira aos créditos a haver por lei por cada trabalhador... **se os trabalhadores assinassem uma declaração de aceitação do despedimento colectivo.**

Nenhum trabalhador deve ter ilusões no que se prepara. Está em causa reduzir uma das empresas de maior componente técnico-industrial do país à expressão mais simples, senão fazê-la mesmo desaparecer no sorvedouro do capitalismo internacional de pilhagem.

Na ordem do dia só podem, pois, estar a resistência determinada e solidária de todos os trabalhadores, que depende da sua unidade, em plenários e com os seus organismos representativos, comissões de trabalhadores e sindicatos, e com todos os outros trabalhadores, por todo o país, alvo de medidas e abutres do mesmo tipo, seja na GMG, na TAP, na Groundforce e por aí fora.



50 anos da revolução portuguesa

Cinquenta anos depois: o que foi o 25 de Abril?

Nos cinquenta anos do início da revolução portuguesa, as comemorações oficiais, mesmo as da generalidade dos partidos da esquerda, irão andar à volta de algumas fórmulas consagradas, que representam o folclore histórico à volta da revolução de Abril de 74, transmitido à juventude que não a viveu pessoalmente.

Na nossa perspectiva, que é a do movimento histórico dos trabalhadores, interessa responder com precisão a algumas perguntas.

- Foi o “25 de Abril” (no sentido estrito do golpe de Estado do movimento dos capitães) o início da revolução?
- Foi o 25 de Abril uma “revolução dos cravos”, a revolução de “todo o povo”, uma espécie de longa “festa da liberdade”, à qual por vezes se apõe a sigla “PREC”?
- Foi o 25 de Abril (no sentido do movimento revolucionário que se seguiu ao golpe dos capitães) uma “revolução democrática” para pôr fim à ditadura autoritária e/ou fascista de Salazar/Caetano e fundar uma “democracia liberal”?

A RESPOSTA A TODAS ESTAS PERGUNTAS É UM CLARO NÃO.

A REVOLUÇÃO QUE COMEÇOU NO 25 DE ABRIL FOI UMA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, SOCIALISTA, QUE NÃO PÔDE CHEGAR AO FIM.

editorial **Revolução portuguesa:**

Faz cinquenta anos que a revolução portuguesa começou, no dia 25 de Abril de 1974. Não foi o golpe militar dos capitães que começou a revolução. O golpe militar fez cair o regime. A crise das forças armadas foi o sinal do desmoronamento do velho regime. Os de cima já não conseguiam mandar como dantes.

Porém, a revolução começou porque, aberta a brecha na armadura do regime, as massas trabalhadoras de todo o país desobedeceram aos militares, conquistaram a rua e começaram a construir o seu próprio poder. Os de baixo já não aceitavam viver como antes.

A revolução não se saldou, é certo, na conquista do poder pela classe trabalhadora e na expropriação integral do capital.

Os elementos do poder alternativo da classe trabalhadora que se começaram a constituir, as comissões de trabalhadores nas empresas, de moradores nos bairros, de soldados nos quartéis, os colectivos de camponeses que ocuparam os latifúndios, não se chegaram a ligar nacionalmente para pôr no lugar do velho Estado que ruía um novo Estado assente nos trabalhadores auto-organizados.

Os velhos partidos da classe trabalhadora, o PS e o PCP, estavam comprometidos com os acordos do pós-guerra entre Washington e o Kremlin. Não queriam ameaças à ordem imperialista internacional estabelecida.

Uma significativa vanguarda operária e da juventude buscou uma via revolucionária. Porém, as fidelidades, origens e orientação políticas de muitos dos grupos e os tempos rápidos do desenvolvimento da revolução não deram tempo nem oportunidade a que surgisse uma direcção política forte, alternativa quer ao PS e às suas alianças com o MFA, a burguesia e a embaixada americana, quer ao PCP e à sua aliança com o MFA e o Kremlin.

Várias tentativas de golpe reaccionário (28 de Setembro de 74, 11 de Março de 75) fracassaram, derrotadas pela reacção decidida das massas trabalhadoras e pela incapacidade das altas hierarquias militares para usar os soldados contra elas.

Mas uma situação revolucionária não dura eternamente. Depois do confuso golpe de 25 de Novembro de 75, um entendimento entre a hierarquia militar recauchutada e as chefias do PS e do PCP permitiu iniciar uma contra-ofensiva paulatina contra as conquistas revolucionárias.

Desde 1976, temos assistido a uma batalha encarniçada de sucessivos governos e coligações para dismantelar essas conquistas, com sucessos variáveis.

A revolução mantém-se viva em muitas conquistas. Viva nas novas organizações



criadas pelos trabalhadores: sindicatos, comissões de trabalhadores. Viva, inclusive, inscrita em aspectos da letra da Constituição e das leis e instituições: no serviço nacional de saúde, no ensino público, na segurança social, apesar das feridas entretanto sofridas. Viva, na consciência de milhões de trabalhadores que fizeram a revolução e na das gerações seguintes, que beneficiaram das conquistas dos pais e avós. Activa, na “originalidade” de sucessivas eleições em Portugal: raramente o patronato pôde governar com os partidos que o representam directamente, o PSD e o defuncto CDS (entretanto vagamente ressurrecto, mas na realidade revezado pela versão “modernizada” da IL).

Mesmo depois de se atrelar ao comboio da UE, a burguesia portuguesa ficou politicamente dependente das direcções do PS e do PCP, entretanto, também do BE, para se conseguir aguentar no poder.

Neste sentido, os resultados das eleições de 10 de Março último representam um revés significativo para os trabalhadores e o seu movimento organizado, sindical, associativo e político.

A maioria dos votos e dos deputados pendeu para os partidos da direita, e, desta vez, não apenas por causa da abstenção dos trabalhadores, fartos de verem os seus partidos tradicionais a aplicarem as políticas do capital.

Tão-pouco porque PSD/CDS/IL tivessem aumentado grandemente a sua votação. Tudo tentaram para isso, sim. Chegaram a “apoderar-se” de reivindicações dos trabalhadores contra a austeridade do sistema UE: a recuperação do tempo de serviço dos professores, aumentos aos oficiais de justiça. Apesar disso, após oito anos “na oposição” e promessas de mundos e fundos, quase não ganharam terreno.

O desespero do chefe Montenegro levou-o ao ponto de recorrer à monumental aldrabice de feira do “choque fiscal”, agora desmascarada pelos próprios jornalistas do regime. O pobre chefe de redacção do impecavelmente liberal *Expresso*, em esta-

do de choque, teve de apresentar desculpas formais aos seus leitores, de “baraço ao pescoço”, por se ter deixado aldrabar.

Assim, o que virou os pratos da balança eleitoral foi a irrupção da votação no Chega, tirada à abstenção, mas também ao bolsonarismo naturalizado.

A ascensão do Chega, uma chusma dirigida por oportunistas e aventureiros dispostos a tudo, é sinal do desespero que alastra a sectores pouco organizados da população intermédia e pobre, não raro tão explorada como os trabalhadores assalariados em geral.

Uma parte da população que votou Chega fê-lo frustrada pela incapacidade dos partidos que representam tradicionalmente a classe trabalhadora para oferecer uma via de saída. Aceitou o estribilho do caudilho: “eles fazem todos o mesmo”. Não está, infelizmente, longe da verdade, a questão é o porquê.

No entanto, essa população, sensível porventura à demagogia antigreve, ainda está longe de estar ganha para constituir milícias organizadas de caceteiros e fura-greves para atacar o movimento sindical, conquistar a hegemonia nas ruas e destruir as liberdades dos trabalhadores.

Seria estulto ignorar o sinal de alarme para o movimento operário e os trabalhadores. Porém, tão-pouco se pode ver nestas eleições uma derrota histórica da classe trabalhadora portuguesa.

O tempo é, ainda, o de construir uma nova direcção, alternativa aos profetas da derrota, capaz de ajudar o movimento dos trabalhadores a construir a sua frente de resistência unida, independente do capital, capaz de romper com a ordem da UE e do capital, abrir caminho ao novo Abril e cumprir a sua promessa de paz, pão, habitação, saúde e educação.

Para ajudar a construir esse caminho, neste jornal, apelamos:

juntemos-nos numa plataforma por um PARTIDO DOS TRABALHADORES.



50 anos da revolução portuguesa

Cinquenta anos depois: o que foi o 25 de Abril?



O que queria o MFA

A origem e o objectivo do golpe de Estado do movimento das forças armadas são claros.

Generalizara-se, em amplos sectores das forças armadas, a conclusão de que não era possível derrotar a revolução anticolonial em África pela guerra, que já levava treze anos e fizera muitos milhares de mortos e estropiados. Essa foi a *origem* do golpe.

Da revolução armada dos povos das colónias tiraram os oficiais revoltosos a conclusão de que - são os termos do programa do MFA - era necessária uma "*solução política*" que resultasse de um "*debate nacional*" sobre a "*política ultramarina*" e conduzisse à paz.

Vendo que o regime era definitivamente incapaz de fazer a viragem política necessária e caminhava de olhos fechados para a derrota na guerra, o movimento dos capitães definiu como seu *objectivo* derrubar o

governo e organizar, a prazo, eleições para uma Assembleia Constituinte, ficando uma junta militar no poder até lá.

Contudo: sim, a **revolução iniciou-se no própria dia do golpe de Estado, 25 de Abril de 1974.**

A revolução iniciou-se quando as massas trabalhadoras e populares desobedeceram às ordens expressas do "MFA" para não saírem de casa.

A população ocupou as ruas, cercou e ocupou os centros do poder da ditadura, nomeadamente a polícia política PIDE/DGS, e libertou os presos políticos. Nos locais de trabalho, nos bairros e nos campos, começou a organizar-se autonomamente.

O apodrecimento do Estado salazar-caetanista, minado pela guerra colonial e pelos movimentos de greves e resistência política no próprio país, foi a **causa** do golpe de Estado dos oficiais. **Pela brecha que o golpe de Estado abriu nas instituições repressivas precipitou-se a torrente da revolução.**

Revolução

O século XX foi pródigo em revoluções. A maioria saiu do ventre das guerras imperialistas próprias da nossa era. A revolução portuguesa foi, até à data, a última dessas grandes revoluções europeias.

Da Iª guerra imperialista, 1914-18, surgiram revoluções na Rússia, na Alemanha, na Hungria, na Itália. Ainda no seu rescaldo, mais tarde, a revolução espanhola. Ao fim

dar a IIª guerra imperialista, a de 1939-45, movimentos e insurreições revolucionários ressurgiram por quase toda a Europa - Alemanha, Itália, França, Grécia, Iugoslávia.

A revolução portuguesa surge da guerra colonial imperialista já na segunda metade do século XX.

No entanto, enquanto as revoluções do século XIX se saldaram geralmente pelo triunfo das burguesias nacionais europeias e dos seus regimes mais ou menos democráticos, afastando os antigos regimes das

monarquias feudais, do século XX em diante as revoluções ou terminaram na vitória do proletariado e na expropriação da burguesia ou, em caso de derrota, na recuperação do poder pelas burguesias e em regimes ultra-reaccionários e repressivos, sendo o caso mais extremo os fascismos.

Na era do imperialismo, era das revoluções e das guerras, nunca mais as burguesias foram agentes de revolução, progresso e democracia, mas sim de reacção e repressão feroz.

Que tipo de revolução foi a de Abril?

O movimento de massas que se seguiu ao golpe militar - a revolução portuguesa - nunca se ateve aos limites estreitos da conquista das liberdades democráticas e eleitorais que o programa do golpe apenas previa.

Se os militares derrubaram as cúpulas do poder político anterior, as massas dismantelaram toda a estrutura do poder: político, económico e social. Generalizaram o "saneamento": não só dos pides, bufos e políticos, nacionais e locais, do regime, mas também dos dirigentes económicos e capitalistas das empresas e das terras.

O vazio de poder foi sendo preenchido por órgãos de classe saídos do próprio movimento dos trabalhadores, moradores, camponeses, órgãos essencialmente equivalentes aos conselhos operários e populares das demais revoluções europeias: as comissões de trabalhadores (CT), comissões de moradores (CM), comissões de soldados (CS) e, mais tarde, comissões de ocupação dos latifúndios, com o sindicato agrícola.

Assim, em paralelo com o Estado que a Junta militar e os novos partidos políticos

burgueses criados à pressa procuravam reconstruir, com a aquiescência e a colaboração das direcções dos partidos tradicionais do movimento operário (PS e PCP), saídas da clandestinidade e do exílio, surgiu e desenvolveu-se um "duplo poder", que representava em embrião um novo Estado, o dos trabalhadores.

A revolução portuguesa procurava o governo dos trabalhadores!

Para as massas, não havia distinção entre regime fascista e capitalismo. Derrubar o regime político do salazarismo implicava derrubar o regime económico e social capitalista que ele representava.

A pressão era tal, que até os partidos burgueses (PPD/PSD e CDS) feitos à pressa dos retalhos do velho partido único tiveram de inscrever nos seus programas palavreado sobre o "socialismo" para conseguirem atrair apoio e votos. A direcção do reformista PS falava com abandono de "revolução socialista" para se conseguir implantar no movimento operário.

Tudo isto se pode resumir numa fórmula: **a revolução iniciada no 25 de Abril foi**

uma revolução socialista clássica, uma revolução proletária.

Os operários e trabalhadores da indústria, serviços e agricultura e grande parte da juventude estudantil arrastaram consigo amplas camadas da pequena burguesia das cidades e dos campos, que se sentiam igualmente exploradas e expropriadas pelo grande capital.

Como outras revoluções antes dela, a **revolução portuguesa não pôde, contudo, ir até ao fim.**

A classe operária e os trabalhadores em movimento não dispunham de uma direcção revolucionária que os ajudasse a conquistar todo o poder, acabando com a "dualidade de poderes" a seu favor.

Os partidos "de esquerda" mais importantes, o PS e o PCP, estavam profundamente comprometidos com a ordem mundial vigente, saída dos acordos de Ialta e Potsdam no final da IIª Guerra Mundial. Esses acordos organizaram a "coexistência pacífica" entre o imperialismo e a burocracia do Kremlin. Nos países do Ocidente capitalista, isso significava: ajudar a manter a ordem imperialista, colaborando com as respectivas instituições e contendo e desviando as revoluções que surgissem.



50 anos da revolução portuguesa

CONVERSA COM MÁRIO TOMÉ (Capitão de Abril)

“... a libertação de Portugal da ditadura é resultado do movimento de libertação das colónias”

Mário, queria começar por perguntar sobre a tua própria participação, a evolução do teu pensamento e do pensamento dos militares que estiveram envolvidos na conspiração para o 25 de Abril, enfim, o quadro da situação nos anos finais do regime salazar-caetanista em Portugal.

Em primeiro lugar, acho que nós temos da pouca importância ao que desencadeou o movimento dos capitães. Há poucas referências a que o movimento dos capitães, a libertação de Portugal da ditadura, é resultado do movimento de libertação das colónias. O movimento de libertação das colónias é que vai dar origem a todo o processo durante a guerra colonial, e, portanto, dar origem ao 25 de Abril. A questão é pouco colocada, eu próprio só há pouco tempo é que comecei a reflectir nestes termos: é tudo consequência do movimento de libertação em geral e do movimento de libertação das colónias de Portugal em particular. É aí que está a base do 25 de Abril.

Agora, cada um dos militares que entraram na conspiração e, depois, na acção tem a sua própria história, a evolução do seu próprio pensamento.

Uns, poucos relativamente, tinham bases mais avançadas no ponto de vista das ideias políticas; outros só tiveram ideias políticas em cima da necessidade da acção. Eu sou assim qualquer coisa de intermédio. Desde os anos da academia militar, eu e camaradas mais próximos, já tínhamos um olhar sobre a sociedade construído pela leitura dispersa mas fora do cânone fascista, que proporcionou uma base que se desenvolveu num sentido progressista, ajudada pela necessidade académica militar, digamos assim, de conhecer os movimentos de libertação na perspectiva de conhecer o inimigo para melhor o combater.



Mário Tomé em Moçambique (Niassa)

Isto é: a necessidade de conhecer o inimigo obrigou-nos a ler coisas do inimigo, para saber como é que pensa o inimigo, que é uma das coisas fundamentais em qualquer confrontação. Nessas leituras, já não me lembro bem quais eram os autores, lembro-me, por exemplo, do general cubano Bayo, Ho-Chi-Minh, até, um bocado mais tarde, o Franz Fanon, que eram as bases teóricas não digo do pensamento dos movimentos de libertação, mas da sua acção no combate ao colonialismo. E o próprio Amílcar Cabral, claro.

Isto, sem ser uma leitura organizada, foi fazendo massa. Como eu e muitos como eu estávamos na guerra, no início, eu costumei dizer

que a guerra, para mim, no início era aquilo a que agora chamam “desporto radical”, o meu “desporto radical”. Eu fui para a tropa porquê? Porque é que um gajo vai para a tropa? Vai para a tropa a pensar que um dia tem que pôr em execução aquilo que aprende na tropa e aquilo que a tropa é. Portanto, - no início, entendamo-nos - as questões da guerra nunca me afligiram.

Durante a própria guerra, durante esse período, quer quando estava cá em Portugal quer quando estava lá em África, eu ia lendo. O pessoal ia lendo.

E, é claro, os capitães são quem faz a guerra, não são os generais. A gente ia vendo como era, a guerra no terreno, víamos que aquilo era a gente de lá a lutar pela sua terra, nós é que éramos os que vínhamos de fora. E foi ficando cada vez mais evidente que não se ia ganhar guerra nenhuma. Então quando o PAIGC, na Guiné, começou a ter mísseis terra-ar e a mandar abaixo os aviões e helicópteros, o exército teve de passar a lutar sem cobertura aérea, e isso faz uma diferença enorme.

O movimento dos capitães começou-se a organizar, os capitães falavam entre eles, comunicavam, mesmo quando iam para África, continuava tudo em contacto.

Essa coisa de ser um movimento corporativo, não é bem assim. Também, mas brevemente, e, aliás, o regime, no princípio de 74, subiu os vencimentos e fez umas promoções e tal, para acalmar as coisas, mas a coisa continuou, não era corporativa.

Quando foi o 25 de Abril, eu estava em Moçambique, colocado como adjunto do Comandante-chefe depois de ter sido ajudante de campo do Kaulza, que foi destituído no verão de 73.

Éramos nós, da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, instalada pelo acaso das colocações exactamente no Comando-Chefe, que durante a conspiração - que começou na Guiné do Spínola com o seu apoio em reacção ao Congresso dos Combatentes organizado pelos indefectivos do regime - organizávamos a fotocópia e distribuição de documentos, livros, etc., pelas unidades, e mandávamos tudo, a imprensa estrangeira e o que lá se dizia sobre a guerra colonial, por aí fora.

Tomávamos e distribuíamos posições nossas e da coordenadora nacional sobre o que se ia passando e o desenvolvimento da guerra, gerando uma unidade de pensamento, preparando a unidade para a acção.

E a malta, no Comando Chefe, soube da operação militar do dia 25 logo no próprio dia, umas horas mais tarde, e agimos logo em conformidade e impusemos a nova ordem com o apoio entusiasmado dos milicianos.

Depois do 25 de Abril, claro, foi tudo muito rápido. Eu fui-me aproximando do PC(R), que era o pessoal, lá no quartel, com quem encontrava mais afinidades na abordagem das questões de democracia dentro da unidade e das comissões de trabalhadores e dessas coisas todas. Entrei no PC(R) já depois do 25 de Novembro de 75. Depois convidaram-me para ser candidato pela UDP, em 79, e foi com essa malta que fui desenvolvendo e

consolidando os elementos dispersos que tinha cá dentro.

Um dos elementos centrais do período revolucionário foi o desenvolvimento do duplo poder, de órgãos constituídos pelos próprios trabalhadores, moradores, soldados, paralelos às instituições do Estado, que, aliás, muitas delas tinham sido deitadas por terra pela revolução, os saneamentos, etc.

O desenvolvimento da acção popular, da parte espontânea e também da parte organizada pelos vários partidos de esquerda revolucionária (hoje direi, de índole revolucionária) vai, de facto, tomando consistência como um poder, difuso, mas que é um poder: a malta que ocupa, a malta que confronta, que ocupa no Alentejo, embora sob o controle do PC - mas não começou com o controle do PC! - a malta que disputa, a malta que confronta o status quo, a “grande democracia” implantada, que quem a implantou não aceitava que fosse contestada à esquerda, pelo povo. As comissões de trabalhadores, comissões de moradores, tudo isso, começa a configurar um duplo poder.

E então, qual é a solução dos “grandes revolucionários” do MFA, e do PS e do PC? A solução é, tinham para isso o exemplo de Cuba, dos comités de defesa da revolução como controlo do povo. Surge então o documento povo-MFA, que nasce depois do 11 de Março, em Junho ou por aí, que era a articulação da democracia dos quartéis com a organização popular. Mas não eram comissões de soldados, eram os GDUs “gabinete de dinamização da unidade”, ADUs, assembleias democráticas (unidade aqui significa unidade militar, neste caso o regimento de Lanceiros), essas coisas todas, “articuladas” com o povo organizado cá fora. Era uma forma de controlar o movimento a partir do grande libertador que era o MFA. Portanto, o duplo poder, organizado, nunca chegou a existir, infelizmente...

..., queres dizer, coordenado; nunca se chegou a coordenar à escala nacional e tal...

Sim, coordenado não chegou a existir. Mas havia todo esse espectro voltado para a “instituição democrática” que era o poder do MFA.

Portanto estás a dizer que a Aliança povo-MFA era uma maneira de tentar, pelo MFA, contra o poder popular, tentar enquadrar esse duplo poder e trazê-lo de volta ao redil do Estado.

Exactamente. Uma vez, ainda estava no (Regimento de Cavalaria) 7 (eles depois acabaram com o 7, e o 7 passou a pertencer a Lanceiros 2, que era a PM), e foram lá fazer uma manifestação, não sei porquê, foi logo a seguir ao 11 de Março. Portanto, foram lá fazer uma manifestação, a gritar “o povo está com o MFA”, e eu disse, espera aí, e fiz uma intervenção a dizer “o

povo não tem de estar com o MFA, o MFA é que tem de estar com o povo e, se não estiver, mal está a coisa; vocês é que têm que dizer, o povo é que tem de decidir”.

Portanto, o duplo poder foi mais uma possibilidade, mesmo um esboço poderoso, do que uma concretização. Mas também temos que ver, e eu acho que isso é importante, que as unidades militares chamadas revolucionárias, primeiro, não eram assim tantas, e quando veio o 25 de Novembro, portanto a ameaça da guerra civil-que foi uma invenção do Soares, e não só-, a situação que estava no terreno, que toda a acção espontânea, também a organizada, mas principalmente a parte espontânea, a parte, digamos assim, da iniciativa popular, como quase não teve confronto com o poder, estava muito, não digo dependente, porque dependente não estava, estava muito com a ideia que “o MFA põe a mão”. Quando o MFA se parte todo, a seguir ao Documento dos Nove, o próprio movimento popular sente as consequências. Mantendo a dinâmica e a iniciativa popular, sente, no entanto, que o que considerava ser o seu aliado poderoso deixou de ter condições para o ser. E não teve capacidade nem direcção para se impor.



António Tavares-Teles entrevista Mário Tomé (25 de Novembro de 1975)

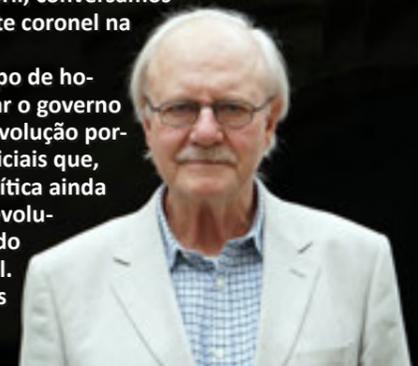
Com o documento do COPCON, que nós fizemos em confronto com o documento dos Nove, conseguiu-se fazer uma manifestação, não digo que fosse maior que a do Soares na Fonte Luminosa que mobilizou a base popular social-democrata, a da direita, a do fascismo e do bombismo, que é capaz de ter ganho tudo, mas foi grande e poderosa... Falo da manifestação de 20 de Agosto de 75, promovida pelo documento do COPCON, pela malta do documento do COPCON, com o PC de fora, com isso tudo de fora, foi uma situação extraordinária. Portanto, as coisas não são: bom, a partir de hoje é assim ou assado! Quando se chega ao 25 de Novembro, não há praticamente resposta popular.

Mas começou a haver, antes do 25 de Novembro, em muitos quartéis, assembleias de soldados, e provavelmente isso terá, aliás, precipitado também as acções da direita.

Sim, mas isso já havia antes! Aliás, as comis-

Em vésperas do 50º aniversário do 25 de Abril, conversámos com Mário Tomé, capitão de Abril, actualmente coronel na reforma.

Mário Tomé é um dos sobreviventes do grupo de homens corajosos que conspiraram para derrubar o governo da ditadura, criando as condições em que a revolução portuguesa deflagrou. E Tomé foi um dos raros oficiais que, tendo começado a forjar a sua consciência política ainda no exército colonial, a temperou no fogo da revolução, passando de armas e bagagens para o lado da luta da classe trabalhadora, contra o capital. 50 anos do 25 de Abril, 50 anos de vida, e mais serão, dados à luta pela revolução socialista. É obra, Mário!



sões de soldados, na minha opinião, e sem pôr em causa a importância que tiveram os SUV, e eu, lá na PM, disse à minha malta: “para a manifestação dos SUV, vai tudo!, mas, agora, só quero dizer que eu desconfio um bocado, quando, andando vocês e eu e o Otelo e não sei quem mais a dar a cara, que a direcção dos SUV apareça a dar uma conferência de imprensa de cara tapada. Portanto, eu desconfio disso. Mas a malta vai toda para as manifestações, isso é que interessa”. Portanto, quando se chega ao 25 de Novembro, o movimento popular não tinha desaparecido, existia, ainda havia, mas tinha já traçado uma linha de enfraquecimento bastante grande.

Havia aquela situação em que a revolução ou avança ou recua, mas não pode ficar ali.

Estava a recuar, claramente, do ponto de vista da iniciativa e da capacidade. Mas também é evidente que depois de um 25 de Novembro, em Junho, tivemos o Otelo com 14% dos votos! Costumo dizer que foi o último hausto: mas o entusiasmo foi tal, que depois, a partir dali, a própria UDP passou a ter a palavra de ordem “25 de Abril de novo, com a força do povo”. E acho que foi um erro, a táctica tinha de ser outra, porque o 25 de Abril para o povo já tinha desaparecido. E acho que foi um erro, a táctica tinha que passar a ter elementos fortes de confronto com o status.

Mas regressando às comissões de soldados: na minha opinião, os SUV foram uma tentativa, pode parecer conspiracionismo, mas foram uma tentativa de tirar a importância às comissões de soldados. O que era importante eram as comissões de soldados, não eram os SUV. Está bem, porreiro, a manifestação, mas as comissões de soldados também podiam fazer manifestações! Como se fez a manifestação de 12 de Setembro de 74 e a de 9 de Fevereiro de 75, que foram as comissões de trabalhadores. Portanto, nas comissões de soldados é que estava o centro. Organização democrática é isso, não é haver aparentemente uma grande massa, mas com um centro de comando de cara tapada!

No entanto, demorou muito. O 25 de Novembro marcou uma recuperação da capacidade da burguesia de usar o aparelho de Estado e tentar normalizar, mas, até conseguir acabar com as nacionalizações, etc, demorou anos e anos e anos, portanto a revolução, até certo ponto, continua viva, não foi completamente derrotada.

A burguesia mesmo durante o PREC sempre usou o aparelho de Estado, embora muito con-

dicionada. É claro que houve conquistas que permaneceram, e que demoraram muito tempo a ser liquidadas, é óbvio, isso significa que essas conquistas entraram profundamente no sentimento e na consciência do proletariado. Para acabar com as nacionalizações, não foi em Novembro, foi em oitenta e dois ou três. E o que se passou aí, na margem Sul, em Almada, em Setúbal, foi arrasador para aquelas famílias todas.

... os salários em atraso...

Pois, aquilo foi uma coisa miserável. Miserável, não por ter criado a miséria dos trabalhadores, miserável do ponto de vista de democracia, uma coisa brutal. Portanto, sim, permaneceu, resistiu, mas depois a burguesia foi brutal, como costuma ser... e deram cabo da maior parte das conquistas.

A grande conquista que permaneceu depois do 25 de Abril é, até certo ponto, a de uma consciência geral. Depois, o que permanece é a democracia burguesa, comandada actualmente pela finança.

Mas permanecem também coisas que foram impostas pelo movimento das massas e que depois tiveram alguma forma de consagração jurídica e institucional, como a Constituição...

Sim, a Constituição, para já a Constituição, que foi a grande conquista, digamos assim, institucional, que dá o sinal. A Constituição - ainda hoje disse isso aos miúdos no liceu Camões, é, aliás, a ideia que a malta tem toda - a Constituição só é possível ser o que foi - e que já não é totalmente, tantas foram as tropelias de revisão - graças ao movimento de massas, se não, não tinhas Constituição assim! Teria sido escrita pelos escribas do costume, que, assim, a tiveram de escrever apertados, com o rabinho apertado, é óbvio. É isso.

No entanto, houve vários aspectos da legislação derivada, por muito que tenham sido revertidos... Ou seja, a situação ainda é, até certo ponto, cada vez menos evidentemente, mas até certo ponto, uma situação de destruição do edifício construído pela revolução, que não está completamente demolido. E o risco de ela voltar a aparecer está perfeitamente metido na consciência do outro lado. Achas que não?

Eles não estão à defesa. Mas esse risco eles têm sempre, é o fantasma que eles têm, percorre a Europa, agora não é tanto um fantasma (ri) e, portanto, previn-se em relação a isso. Para mim, a maior prevenção em relação a isso foi, e,

Continua na página 11 | VII



50 anos da revolução portuguesa

Dualidade de poderes:

A REVOLUÇÃO PROCUROU O

Em resposta às ameaças de golpes reacionários, os trabalhadores bancários organizaram, com o seu sindicato, o controlo das contas dos capitalistas, denunciaram e impediram a fuga de capitais, ocuparam os bancos e exigiram a nacionalização da banca e o saneamento das administrações ligadas ao regime fascista.

Na administração pública, os trabalhadores elegeram Comissões de Trabalhadores e sanearam as administrações ligadas ao anterior regime; nos municípios, as populações, em muito locais reunidas na praça pública, sanearam os presidentes de câmara ligados ao regime anterior elegendo administrações ad-hoc para fazer a gestão até haver eleições.

Nas empresas, os trabalhadores elegeram Comissões de Trabalhadores para organizar os cadernos reivindicativos. Além de aumentos salariais e outros direitos, exigiam o saneamento de administradores e gestores e, para impô-los, ocupavam a empresa, assim na Lisnave, por exemplo. Como muitos patrões abandonaram as suas empresas, as CTs passaram a geri-las, por decisão de Assembleias de Trabalhadores (AGT), para defender os postos de trabalho.

Nos hospitais, elegeram-se CTs em AGT, com representantes de todos os sectores (médicos, enfermeiros, administrativos), que passaram a gerir os hospitais. Daí sairá, mais tarde, o Serviço Nacional de Saúde.

Nas escolas e universidades, estudantes, professores e trabalhadores elegeram comissões que decidiram suspender todas as matérias de exaltação do fascismo e nacionalismo, impuseram o saneamento dos professores e reitores ligados ao governo fascista ou seus representantes, formaram comissões de análise das matérias para instaurar um ensino de qualidade, comissões de co-educação e comissões democráticas, com todos os intervenientes, nomeadamente os pais, para organizar um ensino laico e aberto à sociedade.

Nos bairros, elegeram-se Comissões de Moradores para controlar os fogos devolutos. Estas comissões desmantelaram bairros de barracas, decidiram ocupar casas camarárias vagas para alojar famílias carenciadas, organizaram e impuseram a passagem dos transportes públicos pelos seus bairros, exigiram e criaram escolas, creches e centros de saúde onde havia necessidade, exigiram e impuseram o saneamento básico onde não existia, e criaram jardins públicos para o lazer das populações, tudo gerido e organizado pelas populações reunidas em assembleia pública. Nas zonas de Queluz/Amadora e Oeiras/Cas-



cais, criaram-se Conselhos de Moradores (Assembleia das Comissões de Moradores e organizações populares) que se viriam a transformar nos poderes das autarquias.

Nos quartéis, começaram a aparecer Comissões de Soldados. Estas impuseram a eleição do comandante de unidade (chefia militar) em assembleia de unidade. Ali se discutiam as ordens do Movimento das Forças Ar-

madas (MFA). Estas Comissões percorreram quartéis, apelando aos soldados para se recusarem a embarcar para as colónias. Contra a vontade do Estado Maior das Forças Armadas, impuseram o fim imediato da guerra e das aspirações de Spínola à continuação das tropas nas colónias e à transição para um neocolonialismo similar ao dos britânicos nas respectivas ex-colónias.

SANEAMENTO E GREVE

O aprofundamento do duplo poder das CTs

Em 30 de Abril de 1974, o pessoal do Hospital de Santa Maria, reunido, destituiu a direcção e elegeu uma Comissão Directiva provisória; o Ministério das Corporações foi ocupado pelos sindicatos, que colocaram um cartaz na fachada a dizer "Ministério do Trabalho". Seis mil trabalhadores dos CTT, reunidos em assembleia, exigiram o saneamento dos elementos ligados ao antigo regime e a constituição do seu sindicato.

A 6 de Maio, a Junta de Salvação Nacional veio condenar publicamente as reuniões nas empresas durante as horas de trabalho, o saneamento de pessoas com responsabilidades oficiais e os atentados à hierarquia. Desde os primeiros dias da revolução, a regra, nos locais de trabalho, era reunir Assembleias Gerais e elaborar cadernos reivindicativos.

"No final de Outubro de 1974, existiam por todo o País umas duas mil comissões".

No dia 16 de Maio nos laboratórios da empresa Hoechst (Mem-Martins), argumentando a direcção com a impossibilidade económica da empresa em satisfazer todas as reivindicações, os trabalhadores, em greve, exigiram que a direcção fornecesse a uma comissão eleita entre os trabalhadores toda a

documentação económica, financeira e administrativa necessária. Organizaram-se piquetes de vigilância para evitar uma possível fuga de documentos. Os trabalhadores declararam que, se a direcção não satisfizesse as reivindicações, eles, a partir desses documentos, tornariam pública, aos clientes, pessoal médico, etc. a análise das contas da empresa. Como a direcção se recusasse a responder às reivindicações, a comissão eleita pelos trabalhadores expulsou a administração e passou ela mesma a gerir a empresa.

O movimento reivindicativo estendeu-se a outros laboratórios farmacêuticos (Bayer, Wander, Sandoz, Pfizer, Lepetit, Ciba). No dia 14 de Maio, os trabalhadores do jornal O Século, em greve, conseguiram a demissão da administração.

No sector da imprensa, entraram em greve jornalistas, impressores e outros trabalhadores, em vários jornais.

No dia 25 de Maio, os trabalhadores dos caminhos-de-ferro (CP) aprovaram, em reunião no Coliseu dos Recreios com a participação de 5.000 trabalhadores, o saneamento dos administradores e a necessidade de a gestão da CP passar a ser feita com a par-

GOVERNO DOS TRABALHADORES

ticipação dos trabalhadores.

A Rádio Renascença (RR) foi ocupada em 2 de Maio pelos seus trabalhadores por a administração proibir a transmissão da reportagem da chegada a Portugal de quatro exilados políticos: Álvaro Cunhal, Mário Soares, Luís Cília e José Mário Branco. No dia 25 de Maio, os trabalhadores dessa rádio entraram em greve, exigindo o controlo das emissões, a participação na gestão e a readmissão dos trabalhadores despedidos. Passaram a gerir a emissora eles próprios.

No mesmo dia, o jornal *República* noticiou uma manifestação com mais de 5 mil pessoas que exigiam “*Nem mais um embarque para as colónias! Regresso dos soldados já!*”.

A Lisnave esteve em greve até ao dia 23 de Maio, tendo igualmente parado a ENI e a Setenave, na indústria naval. 6.000 motoristas de táxi elaboraram um caderno de reivindicações.

Fizeram também greve nesta altura: a Timex, a Messa, a Melka.

Na Singer, foram expulsos dois directores estrangeiros.

Na empresa têxtil Charminha, face ao abandono da administração austríaca, os trabalhadores passaram a produzir para vender e sobreviver, gerando uma onda de solidariedade à sua volta.

Em Junho, a administração da Sogantal, empresa têxtil de capitais franceses situada no Montijo, que explorava a mão-de-obra barata, decidiu, face às reivindicações das operárias, encerrar a fábrica, abandonando as instalações. As operárias propuseram a nacionalização da empresa ao Ministério do Trabalho. Continuaram, entretanto, a laboração, para poderem receber os salários. Também aqui se gerou uma onda de solidariedade, fazendo o Sindicato dos Têxteis do Sul a venda militante dos fatos de treino. Face à tentativa do empresário da Sogantal, o francês Lagart, de retirar a maquinaria da fábrica, a população da zona (Montijo), alertada, cercou a empresa, sendo o empresário e “amigos” retirados por militares do MFA.

Poder-se-iam dar dezenas de exemplos, que os jornais noticiaram. Merecem, porém, menção especial dois exemplos paradigmáticos da acção das CT: a Lisnave e a Fábrica Simões.

Na Lisnave, a CT actuou com total autonomia, organizando a greve pelos salários. Fê-lo contra os representantes sindicais, que queriam primeiro a organização sindical e só depois as reivindicações. Não tendo ficado resolvida a questão do saneamento dos responsáveis pela repressão da greve de 1969, a

CT organizou uma manifestação operária para o Ministério do Trabalho, contrariando os poderes públicos e o MFA. O PCP, maior partido político no seio dos operários, opôs-se à manifestação, mas foi derrotado em AGT. Os operários e a sua CT derrotaram depois as chefias militares, que enviaram um corpo de elite: os fuzileiros abriram alas para os operários, um “exército de paz e capacetes”, passaram. Ficou, assim, desbloqueada a luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações em todo o país.

Na Fábrica Simões, em Benfica, uma indústria têxtil com mais de mil trabalhadores, como a Administração, apesar da greve, não satisfizesse as reivindicações, os operários ocuparam a empresa. Em AGT, mandaram

a sua CT para fazer o controlo e a gestão da fábrica, negociando com os fornecedores, os bancos e o Ministério do Trabalho. Não expulsaram os patrões, mas impuseram-lhes um ordenado, controlando as suas despesas e impedindo-os de fazer compras em nome da empresa. O próprio Ministério do Trabalho reconheceu a “gestão exemplar” da CT.

Ainda hoje, 50 anos após o 25 de Abril, as CTs continuam a representar, apesar da sua institucionalização, uma conquista da revolução. No Metro e na Carris, por exemplo, são elas, ainda, que, face à divisão sindical – CGTP e UGT, e outros sindicatos independentes – conseguem pôr todos os sindicatos à mesa das negociações e apresentar um único caderno negocial às empresas.



CONVERSA COM MÁRIO TOMÉ (Capitão de Abril)

Continuação da página 9 | V

como dizer, a partir dos Estados Unidos, a tentativa de anulação do pensamento científico. Cuidado com isso! Como dizia Carl Sagan, a ignorância com poder é uma catástrofe total para a humanidade. Eles estão a apostar na ignorância de massa, na substituição do pensamento, nem digo científico, do pensamento crítico, vá, pela mitologia, pelos mitos, por isso tudo. A gente vê o Brasil... é o fascismo! O fascismo eterno, como dizia Umberto Eco. Eles não andam aí de camisa castanha, de camisa preta, mas é um fascismo eterno, que está permanente e que está a ser sistematicamente encorajado, por um lado, retirando aos trabalhadores, à massa, ao povo, os elementos materiais, enfim, o pensamento crítico.

Em geral, portanto, há movimento geral de reacção e de barbárie nos países da Europa, que visam destruir o que o que ainda resta também das conquistas do pós-guerra

de que eles falam como se fosse o “Estado social” e não sei quê, mas que foi aquilo que foi imposto precisamente em plenos movimentos insurreccionais em muitos países da Europa a seguir à IIª Guerra Mundial, e que teve o seu paralelo, no caso de Portugal, no que se conquistou a seguir ao 25 de Abril. Há uma reacção geral contra as conquistas da revolução portuguesa e e as conquistas das insurreições do pós-guerra na Europa.

A Raquel Varela tem escrito, com piada, e é verdade, citando Trotsky, que a revolução é impossível até ser inevitável; mas isso, já se sabe, é um princípio geral do funcionamento das sociedades, sejam capitalistas ou sejam as outras: é impossível - até se tornar inevitável. Portanto, isso está inscrito aí, e o temor disso é forte na burguesia e em quem manda.

Entrevista recolhida por Adriano Zilhão



50 anos da revolução portuguesa

Reforma Agrária:

GRANDE CONQUISTA DA REVOLUÇÃO

Bento Correia

Ao comemorar o 50º aniversário do 25 de Abril, é oportuno e educativo lembrar aos trabalhadores e jovens da actualidade o que foi a experiência revolucionária da Reforma Agrária.

A realidade da agricultura em 1974 (particularmente nos latifúndios do Alentejo) era de profundo atraso. Sem investimento de qualquer risco, imperava o desemprego, o trabalho sem direitos e jornas (salários) de miséria. Mais de metade dos operários agrícolas deambulavam na emigração, super-explorados em vários países da Europa. Grande parte dos camponeses eram pobres, progressivamente proletarizados. Viviam de arrendamentos de terras, completamente sujeitos às condições impostas pelos agrários, ainda predominando a usura.

Não existia qualquer esperança de sair da pobreza para a esmagadora maioria da população, sobretudo quando a mais pequena revolta contra o estado das coisas era prontamente esmagada pela intervenção da GNR, enquadrada pela PIDE/DGS.

Este era o quadro político e social que vigorava no Alentejo e em grande parte do Ribatejo, quando os militares revoltosos derrubaram o governo fascista no dia 25 de Abril de 1974.

Saudando de imediato a revolta militar dos capitães, os trabalhadores dos campos alentejanos não perderam tempo. Organizaram sindicatos agrícolas que, em pouco tempo, conseguiram trabalho para todos os homens e gradualmente para as mulheres, através dos primeiros acordos colectivos e convenções de trabalho de que havia memória.



Foi o tempo da mobilização geral dos trabalhadores. Agora era a sua força organizada que condicionava os latifundiários.

A resposta patronal foi o incumprimento dos acordos e convenções. E, assim, a discussão entre os trabalhadores passou, com toda a convicção, para a conquista da reforma agrária. Apesar de a reforma agrária estar inscrita nos programas do PS e do PCP, estes partidos (o PS, pela ligação directa a elementos burgueses, o PCP, pelo seu re-

formismo revisionista e, ambos, por compromissos com a burguesia e o Estado) limitaram-se a procurar arranjos parlamentares enquanto os agrários desrespeitavam acordos e convenções de trabalho.

Porém, logo que vencidas as intentonas fascistas de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975, os trabalhadores, definitivamente fartos de ver as suas vidas exploradas e roubadas, postos ante a evidência da ligação dos latifundiários aos golpistas derrotados, entraram em rebelião aberta e lançaram-se à ocupação dos latifúndios.

Consolidava-se o importante contributo do campo à nossa revolução. Milhares de trabalhadores dos distritos alentejanos e, ainda, de alguns concelhos de Setúbal e de Santarém, imbuídos do sentimento de que a terra era finalmente para quem a trabalhava, lançaram as sementeiras e conseguiram um recorde de colheitas nunca antes alcançado.

Ficava demonstrado que os trabalhadores podiam viver, trabalhar e ganhar o pão nas suas terras sem necessidade de vender a sua força de trabalho em outras paragens. Seguiram-se tempos de grandes mobilizações do povo trabalhador do Alentejo, grandes jornadas de luta em defesa das conquistas, tempos de alegrias, de acções concretas de fraternidade proletária, mas, também, tempos de crescimento de ilusões reformistas.

A medida que o grande capital recuperava do susto, a reacção dos agrários fascistas não se fez esperar. Escudaram-se, primeiro, nos grupos terroristas da extrema-direita; depois, no golpe da direita militar Novembro. Os governos do PS e do PSD (Sares/Barreto, Sá Carneiro/AD) promoveram a sistemática marcha-atrás da revolução e a recuperação dos latifúndios, que depois a direita cavaquista perfez, no intuito de acabar com as conquistas da revolução e restaurar o poder pleno dos proprietários privados.

Porém, a verdade é que, durante mais de uma década, a conquista revolucionária da terra a quem a trabalha não se rendeu. Foi esse, com efeito, também um tempo de resistência, de reocupações. O sonho resistia de pé. Custou imensos sacrifícios. Trabalhadores perderam a vida. António Casquinha e João Caravela morreram de tiros “para o ar” das forças da GNR, em 1979.

A violência patronal e do Estado já lá atrás se fizera sentir no boicote às produções agrícolas, em roubo descarado perpetrado pelos novos intermediários e na



acção terrorista dos incendiários.

Apesar de ilusões reformistas, que principalmente o PCP semeava, apesar do grande sofrimento físico e psicológico, os trabalhadores e as suas UCPs (Unidades Colectivas de Produção) caíram de pé, resistindo.

É por isso que faz sentido afirmar que o sonho não morreu e perdura ainda hoje na memória colectiva do proletariado agrícola. De outra forma não seria entendível que, até muito recentemente, em todas as eleições, o PCP tivesse eleito deputados nos distritos de Évora, Beja e Setúbal, por vezes com votações maioritárias. Apesar do papel muito pouco honroso que a cada passo desempenhou, ficou identificado com a reforma agrária. Só agora perdeu essas representações parlamentares. Porém é preciso assinalar que a derrota do PCP, que há muito deixara de ser um partido revolucionário, não significa que o sonho da terra a quem a trabalha se tenha esfumado.

A reforma agrária só teria sobrevivido se os operários e trabalhadores das cidades tivessem também conseguido tomar e consolidar o poder político. O proletariado alentejano pôde, graças à revolução social, conquistar por algum tempo a terra. Conquistou o direito ao ensino para os filhos, o direito a (modestas) pensões, a cuidados de saúde.

Com a contra-revolução a ganhar terreno, porém, a nova juventude alentejana voltou a ter de emigrar em massa. Ressurgiu nos campos do Alentejo **uma nova realidade do latifúndio. Diferente, mais capitalista e intensiva. Baseada, de novo, na exploração de quem trabalha. Agora, cada vez mais, na exploração, desenfreada, não raro semi-escrava, de novos proletários importados de países mais pobres.**

A terra a quem a trabalha é um sonho que não morre, um sonho que as novas gerações de trabalhadores acabarão por realizar. Um sonho, essa é a lição, que depende da revolução socialista triunfante.

internacional

A União Europeia e os Estados Unidos

PREPARAM A GUERRA

1º acto

No dia 22 de Fevereiro de 2024, a revista *The Economist*, que há mais de 150 anos reflecte o pensamento “estratégico” da City de Londres e da Wall Street de Nova Iorque escreve em editorial: “Os dirigentes europeus têm de deitar borda fora a sua complacência pós-soviética. Quer dizer: aumentar as despesas militares a um nível sem precedentes há décadas, restaurando as descuradas tradições militares europeias, reestruturando as suas indústrias de armamento e preparando-se para uma possível guerra. O trabalho mal começou.(...) Dada a demora dos ciclos de planeamento militar, a Europa tem de começar a arrear caminho desde já. A prioridade é dar uma chicotada à sua própria capacidade de combate. Isso começa por um programa maciço de recrutamento e de compra de material.(...) Não vai ser barato. Este ano, a parte europeia da NATO vai gastar à volta de €380 mil milhões em defesa. Corrigido do poder de compra, é mais ou menos o mesmo que a Rússia[1].(...) O défice (de despesas em material militar) acumulado pelos membros europeus da NATO (mais a Noruega) desde 1991 é de €557.000 milhões [2].(...) As discussões sobre os orçamentos da NATO tendem a resumir-se a saber se um determinado país afecta 2% do PIB à defesa. (...) No entanto, mesmo com ganhos de eficiência, 2% não vai chegar. Se os dirigentes europeus tiverem de arrecadar as verbas necessárias cortando noutros serviços, aumentando impostos e endividando-se, vão ter de convencer os eleitores de que os sacrifícios valem a pena. (...) Tais decisões difíceis abrangem também as armas nucleares.”

Programa para os governos europeus:

- **aumentar as despesas militares a um nível sem precedentes;**
- **reestruturar a indústria de armamento e preparar-se para a guerra;**
- **programa maciço de recrutamento e compra de material;**
- **colmatar “défice” da despesa em material militar (€557 mil milhões).**

O palavreado do texto do *Economist* é for-



te, mesmo no clima que se vive desde que o exército de Putin invadiu a Ucrânia, encurralado pelo aperto do cerco da NATO. É uma chicotada violenta aos “dirigentes europeus”, os quais, coitados, apesar de tudo não fazem outra coisa senão desembolsar euros aos milhares de milhões e fornecer material militar avançado para que o exército de Zelensky possa continuar a sacrificar uma geração inteira de ucranianos na fornalha da guerra pelos “valores europeus” (valores europeus medidos, bem entendido, em euros ou dólares).

Só que, agora, é preciso dinheiro a sério para a guerra, e, para arranjar-lo, talhar à catanada no que resta dos “Estados-providência”. A burguesia precisa de passar à economia de guerra, que inclui a guerra de classe interna.

2º acto

A 16 de Fevereiro, a França e a Ucrânia assinaram em Paris um acordo de cooperação para dez anos em matéria de segurança. O objectivo expresso: preparar a adesão da Ucrânia à União Europeia e à NATO. Do acordo consta o fornecimento de meios militares modernos, terrestres, aéreos, marítimos, espaciais e cibernéticos franceses à Ucrânia (mais 3.000 milhões de euros em 2024) e a organização de investimento militar-industrial francês na Ucrânia. A Assembleia Nacional francesa ratificou o acordo em 12 de Março por esmagadora maioria.

3º acto

Macron é um banqueiro francês, ligado à alta finança internacional, que conseguiu alcançar-se a presidente da República com votações muito minoritárias.

No dia 26 de Fevereiro, este Macron convocou uma cimeira de “dirigentes europeus” para Paris. Nela, fez uma pergunta aos seus pares: quem é a favor de enviar tropas “europeias” para a guerra na Ucrânia se for preciso (subentendendo-se: vai ser preciso com certeza)?

A pergunta provocou o pânico. Os “dirigentes europeus” há muito trabalham debaixo de um triplo entendimento fundamental, que é assim:

1) para sobreviver e manter as suas sinecuras, a oligarquia ucraniana não tem outro remédio senão pendurar-se na UE;

2) A “Europa”, com os americanos a pisarem-lhe os calos, tem de ajudar os EUA a ganhar acesso aos recursos da Ucrânia (e da Rússia! e da China!) se quiser salvar as suas economias da pressão americana e da crise, reduzindo os custos das suas empresas;

3) com as armas e o dinheiro que “europeus” e americanos fornecem à clique de Zelensky, compete a esta organizar o massacre da juventude ucraniana, na expectativa de ir massacrando também uma boa fatia da juventude russa. “Europeus” e americanos tiram, do enfraquecimento geral de uns e outros, as castanhas do lume.

E agora, pensaram, vem Macron dizer que é preciso pensar seriamente em mandar também a juventude “europeia” morrer pelos lucros da alta finança! O homem é louco, vai-nos fazer perder as próximas eleições!

Nesse mesmo dia, 26 de Fevereiro, o chanceler alemão Scholz, de partida para Paris, criara celeuma. Sem ninguém ter levantado a lebre, Scholz declarou peremptoriamente que a Alemanha não forneceria à Ucrânia o sistema de mísseis Taurus, que tem um alcance de 500 Km e é capaz de furar blindagens fortes. Pressionado a justificar-se, Scholz referiu que, se fornecesse os mísseis, a Alemanha teria de mandar soldados para o teatro de guerra. Ora a Alemanha não podia fazer como a França e a Grã-Bretanha...

Fica, de repente, oficialmente de manifesto que França e Grã-Bretanha têm soldados seus no teatro de guerra: estão em guerra não declarada com a Rússia. Os chefes políticos e militares britânicos e franceses fumegam de fúria com a indiscrição de Scholz. Por outro lado, a revista *Der Spiegel* (2 de

Continua na página seguinte

internacional

A União Europeia e os Estados Unidos PREPARAM A GUERRA

Continuação da página anterior

Março) escreve, a propósito de comentários de militares alemães, desmentindo Scholz, que negam serem necessários soldados da Bundeswehr para acompanhar e manejar os mísseis: *“Há indicações de que Scholz não quer largar mão do Taurus por não confiar nos ucranianos, pelo menos inteiramente. Isso tornaria plausível a alegação de Scholz de que seriam precisos soldados alemães para os mísseis. Precisos, mas não para prestar ajuda técnica; precisos, para vigiar os ucranianos. Para ter a certeza de que não vá um dia um Taurus cair sobre o Kremlin.”*

No final da cimeira, Macron deplora a “tampa” dos outros. Mas acrescenta: o envio de tropas ocidentais para a Ucrânia não fica excluído, malgrado a actual “falta de consenso”.

4º acto

No dia 27 de Fevereiro, o Parlamento Europeu aprova o “Mecanismo para a Ucrânia”[3], uma linha financeira de 50.000 milhões de euros até 2027. É aprovado por esmagadora maioria, da extrema-direita até à esquerda que se intitula radical, incluindo a France insoumise[4]. Os objectivos estratégicos do “mecanismo” são claros: impedir o colapso do Estado ucraniano, que é incapaz de sustentar uma guerra prolongada: *“manter a estabilidade macrofinanceira da Ucrânia e atenuar as dificuldades de financiamento externo e interno do país, a fim de assegurar o funcionamento contínuo do Estado ucraniano” e criar um país “ (...) com uma economia resiliente que esteja bem integrada na economia europeia e mundial, alicerçado nos valores da União e que avance no sentido da adesão à União.”*

5º acto

No dia 1 de Março, vem a lume uma conversa entre oficiais de alta patente do exército alemão, presumivelmente escutada pela espionagem russa, a sua veracidade não foi contestada. Os oficiais alemães discutem abertamente como destruir a ponte de Kerch entre a Rússia e a Crimeia, usando mísseis Taurus. A ponte foi construída depois da anexação da Crimeia por Putin em 2014.

6º acto

Em 6 de Março, sabe-se (Público) que: *“Bruxelas avança 1.500 milhões de euros para acelerar produção de armamento: Comissão apresentou a primeira Estratégia Industrial de Defesa, que passa por alargar o modelo da compra conjunta de munições a toda a fileira da defesa, para reforçar a*

capacidade de produção da UE”. O ponto interessante desta notícia reside em que a “política de defesa” é atributo exclusivo dos Estados membros da UE, não tendo as instituições europeias qualquer competência; apesar disso, Bruxelas mete nada menos do que 1.500 milhões de euros na definição de uma “estratégia industrial de defesa”... ou seja, na transformação das economias europeias em economias de guerra.

7º acto

O presidente Biden escolhe cuidadosamente que antecessor homenagear, para ilustrar o seu desígnio, no tradicional discurso sobre o “estado da União” (7 de Março). A escolha recai no presidente Roosevelt e no seu famoso discurso de 1941. Nesse discurso, Roosevelt advogou a entrada do exército americano na IIª Guerra Mundial.

Citando Roosevelt, Biden estrondeou que *“a liberdade e a democracia estão a ser atacadas”.* Biden prepara a população americana para a próxima guerra, e aumenta a pressão sobre os representantes republicanos, que, pressionados por Trump, bloqueiam uma ajuda militar suplementar de 61 mil milhões de dólares à Ucrânia (e 14.000 milhões a Israel). Biden: *“A Ucrânia conseguirá parar Putin se nós (...) lhe fornecermos as armas de que ela precisa.”*

8º acto

No início de Abril, uma cimeira da NATO aprova o planeamento para pôr à disposição da Ucrânia 100.000 milhões de euros para comprar armamento nos próximos 5 anos. O secretário-geral, Stoltenberg (Reuter): *“Temos de conseguir que a ajuda de segurança*

à Ucrânia seja fiável e previsível a longo prazo... não tanto ofertas de curto prazo, mas compromissos multi-anuais.” 50 mil milhões da UE para aguentar o Estado ucraniano, 100 mil milhões da NATO em armas para o exército ucraniano...

9º acto

Seguindo discussões em Bruxelas, na NATO e na UE, as chefias militares portuguesas, acolitadas por comentadores às ordens, lançam o debate sobre a restauração do serviço militar obrigatório.

Suscita-se breve polémica. Alguns militares exprimem dúvidas, dada a “alta tecnicidade” da guerra moderna, que não se compadeceria com simples recrutas ignaros.

O que ninguém disse, mas todos pensaram: com técnica ou não, precisamos sempre de carne para canhão.

Os leitores terão entendido: **ainda estamos longe do último acto.**

[1] Note-se que, ao contrário do que fazia no início da guerra na Ucrânia, *The Economist* e similares deixaram de comparar os valores dos orçamentos russos com os “ocidentais” em dólares, passando a fazê-lo em dólares “corrigidos do poder de compra”, bizarro para material que não é propriamente vendido na loja da esquina.

É esse truque que permite afirmar que a despesa militar da parte europeia da NATO (que é, note-se, menos de metade do orçamento da NATO) é “mais ou menos o mesmo que a Rússia”, em vez de um largo múltiplo do orçamento da Rússia. No entanto, num arremedo de roda-pé, o próprio *Economist* lá diz que “a Rússia é muito mais pobre e menos populosa do que a Europa”.

[2] Para termo de comparação, o alegado défice acumulado de material, a colmatar, equivale ao dobro do PIB português.

[3] https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2024-0083_PT.html

[4] Os eurodeputados do Bloco de Esquerda, que têm votado todas as resoluções do Parlamento Europeu de apoio à militarização da UE, ao reforço da NATO e à guerra sem quartel contra a Rússia, não compareceram a esta votação.

O Estado de Israel esboroa-se

No sexto mês da guerra de extermínio do povo palestino, Netanyahu atacou, a 7 de Abril, a *“minoría extremista e violenta”* da população israelita, culpada, a seu ver, de fomentar *“motins e violações da lei”*. A linguagem da guerra civil diz muito sobre a desintegração da sociedade israelita. Na véspera, milhares de israelitas voltaram a manifestar-se em Telavive, exigindo a demissão de Netanyahu, acusado de sacrificar os reféns detidos em Gaza. As manifestações foram dirigidas por representantes do establishment sionista, como o antigo chefe da Mossad (serviço secreto externo), que acusou Netanyahu de *“criar um conflito entre Israel e os Estados Unidos”*. Um antigo comandante do exército, também presente, acusou-o de *“pôr Israel contra o seu próprio povo”*. A esta pressão juntam-se as da extrema-direita do seu governo. Também ela ameaça pedir a cabeça de Netanyahu se este *“decidir acabar com a guerra sem lançar uma*

grande ofensiva em Rafah”, conforme declarou o ministro da Segurança Interna, o fascista Itamar Ben Gvir (8 de Abril). Esta crise política sem precedentes está ligada ao impasse em Gaza, mas também tem raízes sociais e económicas: apesar da ajuda dos EUA, a produção caiu 20% no Estado de Israel. E em meados de fevereiro, a agência de notação Moody's baixou a notação do “Estado hebreu”, afirmando que *“o impacto negativo sobre as instituições e as finanças públicas (...) poderá ser ainda mais grave”*. Na esfera financeira, tal como na esfera económica ou militar, o Estado de Israel só pode sobreviver porque goza de um apoio sem paralelo do imperialismo, com milhares de milhões de dólares de ajuda financeira incluídos todos os anos no orçamento dos EUA. Por isso, os verdadeiros defensores da paz e da democracia devem exigir o fim de todos os fornecimentos de armas e ajudas financeiras ao Estado de Israel.

palestina

GAZA: Parar o genocídio, bloquear o fornecimento de armas a Netanyahu!

Após seis meses de genocídio em Gaza, o exército israelita retirou-se de Khan Yunis, reduzida a cinzas. "As nossas forças preparam-se para prosseguir as suas missões (...) na zona de Rafah", afirmam Netanyahu e o seu ministro da Defesa, que se preparam para atacar a cidade onde se refugiaram 1,5 milhões de palestinianos esfomeados.

No dia seguinte ao ataque israelita de 1 de Abril, que assassinou 7 "trabalhadores humanitários" da ONG *World Central Kitchen*, o Governo israelita anunciou que iria autorizar a entrada de 350 camiões de ajuda humanitária em Gaza. A título de comparação, antes de 7 de Outubro de 2023, a população de Gaza mal conseguia sobreviver com 500 camiões de alimentos por dia.

350 camiões não vão mudar nada numa situação em que, como salienta o meio de comunicação americano *Mondoweiss* (5 de Abril): "Cerca de 2 milhões de palestinianos enfrentam, na Faixa de Gaza, uma grave escassez de alimentos e de material médico, devida ao bloqueio total imposto por Israel desde 7 de Outubro. Testemunhas e comunicação social, testemunham como milhares de famílias estão reduzidas a alimentar-se de erva e rações para animais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou (4 de Abril) que quinze crianças por dia são diagnosticadas com sub-nutrição".

Se os governos ocidentais, que são os principais apoiantes do Estado de Israel, se indignaram muito mais com o assassinio de 7 "trabalhadores humanitários" do que com a morte de 33.000 palestinianos pelos bombardeamentos israelitas, foi porque "segundo a imprensa americana, três das vítimas eram britânicos", como sublinhou o canal israelita *I24News* (Abril, 8). Daí o invulgar "sincero pedido de desculpas" do Presidente israelita Herzog.

O assassinato de três dos seus agentes por Israel colocou o governo britânico numa posição delicada. Alguns dias antes, cento e trinta depu-



Palestinianos regressam a Khan Yunis

tados, entre os quais figuras do Partido Trabalhista, tinham-se dirigido ao primeiro-ministro, pedindo a suspensão do envio de armas a Israel. O governo alemão, o segundo maior fornecedor de armas ao Estado sionista, depois dos Estados Unidos, foi citado para comparecer perante o Tribunal Internacional de Justiça a pedido da Nicarágua, que o intimou a "suspender imediatamente a ajuda a Israel". O governo Macron foi, por sua vez, criticado pela revista de investigação *Disclose* por, contradizendo as declarações oficiais, enviar armas a Israel. Ainda mais significativo, nos Estados Unidos, cerca de 30 membros democratas da Câmara, incluindo Nancy Pelosi, acabam de assinar uma carta a Biden, afirmando ser "injustificável aprovar transferências de armas" para Israel depois do ataque de 1 de Abril.

Ora, há semanas que ouvimos belos discursos dos mais altos níveis do governo, mas as entregas de armas continuam, e o genocídio prossegue.

Durante quanto tempo mais se contentarão os dirigentes do movimento operário internacional com apelos impotentes a um "cessar-fogo imediato e permanente"?

Quando se decidirão a apelar à mobilização dos trabalhadores de todo o mundo para a greve e o bloqueio a todos os fornecimentos de armas a Israel e à mobilização para romper o bloqueio que está a condenar o povo de Gaza à fome?

Todos os dias contam!



Netanyahu quer a guerra com o Irão

"Os iranianos é que atacaram Israel", berram em uníssono os governos "ocidentais" (Estados Unidos, União Europeia, etc.) e sua imprensa e "comentadores" de serviço.

"A culpa é do Irão". É mesmo?

Netanyahu anda a tentar abrir uma segunda frente desde que arancou com o genocídio em Gaza. O objectivo da chefia sionista é conseguir que os Estados Unidos, donde vêm as suas armas e fundos, se juntem abertamente à guerra de Israel.

Netanyahu tem multiplicado provocações contra o Irão e aliados. Bombardeou o Líbano e, em Dezembro e Janeiro, representações diplomáticas iranianas na Síria. A última provocação: em 1 de Abril, **aviões israelitas atingiram o consulado iraniano em Damasco**, matando 16 pessoas, incluindo vários dignitários militares iranianos.

A Convenção de Viena proíbe alvejar representações diplomáticas. Mas, **nem Biden, a União Europeia ou Montenegro/Rangel protestaram. Como seria se o Irão bombardeasse um consulado israelita...?!**

O regime dos mulás já deixou claro que não quer confrontação com Israel. No dia 5 de Abril, Mohammad Jamshidi, conselheiro do presidente iraniano, declarou que o Irão "apela aos dirigentes amer-

icanos para que não se deixem arrastar para a armadilha que lhes foi preparada por Netanyahu".

A "cooperação" entre o Irão e os EUA nas costas de Netanyahu não tem sentido único. O *Jerusalem Post* de 2 de Abril noticiou que o Conselho de Segurança Nacional dos EUA informara a República Islâmica de que os EUA "não estavam envolvidos" no ataque israelita, do qual "não tinham sido prevenidos". Subentendia-se que a iniciativa pertencerá apenas a Netanyahu. As autoridades iranianas avisaram que retaliariam. Acabaram por disparar 300 mísseis e drones... mais de 99% interceptados por Israel com a ajuda dos exércitos ocidentais e dos regimes árabes.

Como disse um jornalista do *Le Monde à France Inter* (15 de Abril), "militarmente, os iranianos fizeram tudo o que puderam para (a sua resposta) falhar. Avisaram os americanos, directa ou indirectamente, através dos seus contactos em Omã. Deram mais do que tempo a Israel para, com a ajuda dos americanos, abrirem uma espécie de guarda-chuva para interceptar os drones. **Queriam passar uma mensagem, não a guerra aberta**".

O chefe da diplomacia iraniana não hesitou em convidar os países ocidentais a "apreciarem a contenção do Irão nos últimos meses" (15 de Abril). "Depois desta sequência de ataques frontais", notou a RFI, "**o Irão está a dizer que nos 'podemos ficar por aqui'**", esclarecendo *Washin-gton Israel* que "**cuidado, nada de querer ir mais longe**".

Tanto mais que, "os iranianos sabem que os americanos não se querem meter em mais uma guerra no Médio Oriente. O que lhes interessa é olhar para a Ásia"... Para bom entendedor: preparem-se para a guerra com a China.

Quem tenta, então, provocar uma guerra com o Irão?

O jornalista israelita Gideon Levy acusa (*Haaretz*, 14 de Abril), que, "se o Irão vier a lançar um ataque sério contra Israel, a responsabilidade recairá em quem sancionou os assassinios perpetrados em Damasco".

Netanyahu e o seu governo genocida.

ucrânia

A NATO exige mais 100 mil milhões para a guerra!

Nos dias 3 e 4 de Abril, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 32 Estados membros da NATO reuniram-se em Bruxelas. 4 de Abril marcou o 75º aniversário da fundação da aliança militar chefiada pelos EUA, inicialmente criada para combater a União Soviética. Após o colapso da União Soviética em 1991, a aliança continuou a expandir-se para leste, absorvendo um a um todos os países da Europa de Leste, os Estados Bálticos e a Escandinávia. O seu campo de acção, teoricamente euro-atlântico, alargou-se também consideravelmente, veja-se a intervenção e ocupação do Afeganistão (2001-2021), a intervenção na Líbia em 2011, etc.

Desde a invasão russa da Ucrânia, a NATO está directamente envolvida no conflito. Os Estados Unidos e os seus aliados enviam ao exército de Zelensky, através da NATO, a ajuda militar sem a qual ele não poderia resistir. A crise política nos Estados Unidos reforça a determinação dos seus dirigentes em fazer com que os Estados europeus arquem com a maior

parte do fardo da ajuda financeira. A União Europeia anunciou, assim, uma verba suplementar de 50 mil milhões de euros para aguentar o Estado ucraniano nos próximos cinco anos. Na votação no Parlamento Europeu, em 27 de Fevereiro, a maioria dos deputados de "esquerda" apoiaram, em "união sagrada", mais estes créditos de guerra.

A reunião da NATO foi, ainda, ocasião para o anúncio de um novo fundo para ajuda militar no espantoso valor de 100 mil milhões de euros, para os próximos cinco anos. Teve o apoio dos governos francês, alemão e polaco, dobrando as reticências de governos como o da Hungria, que procura preservar os seus laços com os oligarcas russos.

Estes milhares de milhões serão, é claro, subtraídos aos orçamentos dos serviços públicos. E irão, ainda mais claro é, parar aos bolsos dos accionistas da indústria militar.

Servirão para massacrar mais muitos milhares de jovens ucranianos e russos.

Verdadeira "caça aos recrutas" nas cidades e aldeias

Volodymyr Zelensky promulgou várias leis que tornam consideravelmente mais rigorosas as condições de mobilização. Uma delas reduz a idade mínima dos soldados enviados para a frente de batalha de 27 para 25 anos. Outra anula uma série de isenções médicas e cria uma base de dados para combater os desertores. Outros projectos de lei deverão ser votados pela Rada (parlamento) no final de Abril. Entretanto, segundo a *Associated Press* (4 de Abril), "as novas leis (...) poderão acrescentar cerca de 50.000 soldados ao exército", ou seja, "um décimo dos 500.000 soldados que Zelensky disse em Dezembro querer mobilizar". Objectivos consideráveis que dizem muito sobre o nível de perdas humanas no exército ucraniano.

Mesmo antes da promulgação destas leis, os TTsK (centros de recrutamento militar) colocaram os seus sargentos de recrutamento em todos os locais públicos, em busca de homens em idade de combater. No início de Março, na cidade de Rivne (noroeste da Ucrânia), um activista ucraniano declarou: "A situação que vos vou descrever conheço-a em primeira mão, não através das redes sociais. Está a decorrer uma verdadeira "caça ao recrutamento" em Rivne, tal como em toda a Ucrânia. A razão é simples: os funcionários da TTsK têm objectivos a cumprir,

emitidos pelos centros territoriais, etc. Se os objectivos não forem atingidos, o pessoal do TTsK pode ser enviado para as unidades de combate. É por isso que as coisas estão tão agitadas: ninguém quer acabar em Bakhmut (uma das cidades onde os combates são intensos). Mas, desde o início de 2024, têm-se registado muitos casos de resistência armada contra os sargentos de recrutamento. Em Janeiro, por exemplo, um camponês de Rovno atacou os oficiais com uma foice, para defender o irmão, que o TTsK queria levar. Foi mandado para a prisão, e o irmão partiu para combater na região de Donetsk. Ainda mais significativo: na aldeia de Radyvilov, em localizando dois recrutas do TTsK através das redes sociais, um grupo de habitantes locais conseguiu imobilizá-los, confiscou-lhes as armas e levou-os para a aldeia de Nemyrivka, onde os espancou seriamente. Ainda andam à procura dos agressores e das armas. Não são casos isolados, tanto na região como noutros locais. A mobilização geral está a provocar resistência activa na sociedade. E ainda é mais significativo que esta oposição radical tenha começado nas regiões ocidentais"*.

* Regiões onde os sentimentos nacionalistas são tradicionalmente mais fortes do que no Leste.

rússia

"Juntando forças para ajudar os presos políticos..."

(carta de Boris Kagarlitsky na prisão)

O regime de Putin está a multiplicar sentenças, prisões e medidas repressivas. Para além de membros proeminentes da oposição liberal e de qualquer cidadão que expresse publicamente a sua rejeição da guerra na Ucrânia, a repressão está a atingir cada vez mais duramente as organizações e activistas que se afirmem parte da oposição.

Na Ucrânia, a repressão atinge cada vez com mais força as organizações e activistas que se reivindicam parte da classe operária e socialista.

Por exemplo, o Movimento Socialista da Rússia (RSD) e a maioria dos seus dirigentes acabam de ser rotulados de "agentes estrangeiros".

O que implica vigilância policial, muitas vezes conducente à detenção.



Numa carta que conseguiu retirar da prisão a 4 de Abril, o sociólogo Boris Kagarlitsky, condenado a cinco anos de prisão por "apologia do terrorismo", por se ter oposto à guerra na Ucrânia, observa que "os socialistas, comunistas, anarquistas e também simples democratas de esquerda que não são membros de nenhum partido são cada vez mais vítimas da máquina repressiva". Felizmente, o apoio aos presos políticos está também a tornar-se um movimento de massas. Milhares de pessoas escrevem cartas aos militantes presos, recolhem dinheiro, enviam alimentos e agasalhos aos presos (...). Ao unir forças para ajudar os presos políticos, estamos a contribuir para reforçar este movimento e para estabelecer uma coordenação entre indivíduos e grupos (...). E, nas condições actuais da Rússia, onde a acção política é extremamente difícil, ajudar aqueles que foram mandados para a prisão por partilharem as nossas ideias vem a ser não só uma actividade humanista, mas também um grande acto político, solidariedade praticada."